

Pacote do Executivo 29/09/2015 | 14h09

Sem consenso sobre RPVs, deputados votam Plano Plurianual nesta terça-feira

Parlamentares têm até 7 de outubro para apreciar projeto que prevê redução do teto da dívidas de pequeno valor

Compartilhar

Bruna Vargas
bruna.vargas@zerohora.com.br

Fracassou a tentativa do governo do Estado de **adiantar a votação da redução do teto para as dívidas de pequeno valor** (conhecidas como RPVs) nesta terça-feira. Os deputados têm até 7 de outubro para apreciar a proposta do Executivo, que **diminui de 40 para sete salários mínimos** o valor máximo das dívidas do Estado decorrentes de processos judiciais.

O não adiantamento da pauta das RPVs foi decidido em reunião entre os líderes das bancadas na Assembleia Legislativa na manhã desta terça-feira. Ao contrário do que se esperava na segunda-feira, uma possível adesão da bancada do PTB à oposição que barraria a votação, quem definiu a questão foi a bancada do PP. Enquanto o PTB se mostrou favorável à apreciação do projeto, os progressistas defenderam mais tempo para discutir a pauta.

Precatórios no Rio Grande do Sul somam R\$ 8,15 bilhões

Para o líder da bancada do PT, Luiz Fernando Mainardi, o líder do PP, Frederico Antunes, foi coerente com a posição adotada durante o governo Tarso Genro, quando o então governador propôs a redução das RPVs para 10 salários mínimos e os progressistas se mostraram contrários ao projeto:

— Quando o Tarso Genro apresentou a proposta, teve reação da oposição, que iniciou uma mobilização contrária. A própria bancada petista foi contrária e o governador derrubou o projeto. É o que esperamos que o Sartori faça agora — disse Mainardi após a reunião.

Sartori garante pagamento integral de salários na próxima quarta-feira

Inicialmente, o líder da bancada do PT havia dito que os petistas apresentariam emenda para limitar as RPVs a 10 salários mínimos. A alteração, que tornaria o projeto idêntico ao apresentado pelo ex-governador em 2013, estaria sendo aventada pelo Executivo. Mas Mainardi voltou atrás, e garante que a bancada petista deve se manter contrária a qualquer redução do teto das dívidas de pequeno valor.

Apresentada pelo Poder Executivo para amenizar a crise nas finanças, a proposta é alvo

Pioneiro.com
Like Page 124k likes
Be the first of your friends to like this

Siga o Pioneiro no Twitter

pioneiroonline Pioneiro.com
Para evitar alagamentos, prefeitura limpa canalização em rua de Caxias
<http://t.co/13PUNQAall>
há 3 minutos

pioneiroonline Pioneiro.com
Primavera inspira ensaio fotográfico da contracapa do Pioneiro
<http://t.co/egdo7AaPcH>
há 22 minutos

MAIS SOBRE

- Assembleia Legislativa
- deputados estaduais
- Rio Grande do Sul
- política
- votação
- projetos em votação
- governo estadual

NOTÍCIAS

Assine o RSS

Últimas

- 14:40** Inflação
Aluguéis que vencem em setembro terão reajuste de 8,35%
- 14:31** Maranhão
Ex-prefeita diz à PF que se escondeu em aldeia indígena
- 14:31** Exercícios
Aula funcional gratuita ocorre no Parque dos Macaquinhos, em Curitiba
- 14:24** Espaço do Trabalhador
Desemprego chega a 8,6% no trimestre encerrado em julho, maior taxa da indústria

Mais lidas

- 14:16** Sem noção
PRF flagra adolescentes jogando pedras contra veículos na BR-116, em Curitiba
- 20:01** Mais uma farsa
A Regra do Jogo: Romero vai colocar Juliano atrás das grades

de controvérsia. Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) alertam para o efeito colateral da medida: se aprovada, deve contribuir para aumentar a fila dos precatórios, que já é extensa.

Rosane de Oliveira: pessimismo, apesar da vitória no ICMS

Contrários à redução do teto das RPVs, integrantes da OAB-RS foram até a Assembleia nesta terça-feira. Mas depararam com o acesso bloqueado perto da reunião de líderes. Conforme o presidente da AL, deputado Edson Brum (PMDB), disse que este tipo de isolamento, agora, faz parte das regras da Casa.

O deputado usou a **liminar expedida pelo Tribunal de Justiça** (TJ), que libera parcialmente o acesso do público ao prédio principal e aos anexos, e também permite que a população assista às sessões plenárias e às reuniões de Comissões, para justificar a restrição.

— A liminar prevê que o público possa assistir às sessões, de forma organizada. Corredor é corredor, não é local de aglomeração. Para a votação de hoje (terça-feira), estamos com as senhas à disposição — disse.

Inexperiência, partido, marido... os argumentos de quem mudou de lado

Questionado pelos servidores, Plano Plurianual entra em pauta

Sem acordo para adiantar a votação da redução do teto das RPVs, a pauta desta terça-feira será marcada pela apreciação de outro projeto polêmico. Os parlamentares irão apreciar o Plano Plurianual (PPA), que prevê as metas do governo para os próximos anos de mandato.

Aumento do ICMS ainda deixa pelo menos R\$ 4 bilhões de déficit em 2016

O projeto, que, entre outras coisas, prevê o crescimento vegetativo da folha dos servidores (de 3% para 2016 e 4,5% nos demais anos) é questionado pelo Movimento Unificado, que considera a medida um "congelamento".

— Somos contrários ao PPA, porque ele pereniza a política de congelamento dos serviços públicos. E ele está capenga, porque, quando elaborado, não contou com o aumento da receita que deve vir de outros projetos, como o aumento do ICMS. Se aprovado, vai estender o caos no Estado até o fim do mandato — defende o presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado (Fessergs), Sérgio Arnoud.

Leia as últimas notícias do dia

Conforme o sindicalista, os servidores pretendem acompanhar a votação, com início às 14h, no plenário da Assembleia Legislativa. Haverá distribuição de senhas para as galerias.

Segundo o diretor do Departamento de Planejamento Governamental da Secretaria Estadual de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, Antônio Paulo Cargnin, os gastos com pessoal dependerão da aprovação das leis de diretrizes orçamentárias de cada ano e dos orçamentos anuais.

— O plano apenas apresenta metas, programas e ações — diz Cargnin.

O projeto a ser votado nesta terça-feira na Assembleia, na página 73, faz referência à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, que já foi aprovada pelos deputados estaduais e sancionada pelo governador José Ivo Sartori. Ela estabelece o percentual de

3% de acréscimo aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Em relação aos demais anos do Plano Plurianual (2016-2019), o projeto informa que "as despesas com pessoal, manutenção e custeio e investimento foram fixadas com crescimento de 4,5% ao ano, ou seja, o mesmo percentual de meta de inflação pelo IPCA, do Banco Central do Brasil."



- governo estadual
- política
- deputados estaduais
- Assembleia Legislativa
- votação
- Rio Grande do Sul
- projetos em votação

COMENTÁRIOS (0)

Comentar esta matéria

Esta matéria ainda não possui comentários

Comentar esta matéria

SHOPPING

BUSCAR



Kabum
Zenfone 5
a partir de R\$ 559,90



Motorola
NOVO: Moto G 3a
Geração
a partir de R\$ 854,05



Econtinental
Ar Split Samsung
9000
a partir de R\$ 1.129,00



Motorola
NOVO: Moto X Style
a partir de R\$ 2.374,05

TVs

Notebooks

Celulares

Eletrodomésticos

Câmeras Digitais

Pioneiro

Buscar por

Buscar

Grupo RBS

Dúvidas Frequentes Fale Conosco Anuncie Trabalhe no Grupo RBS © 2000-2015 clicRBS.com.br Todos os direitos reservados

IVC
SITE AUDITADO